



PROSPECTO

BNP PARIBAS CREDIT FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO

CNPJ: 04.192.130/0001-24

Base Legal

Os Fundos de Investimento são regidos pela Instrução CVM Nº 409 de 18 de Agosto de 2004 e alterações posteriores.

Conversão / Liquidação

Aplicação: D0 / Resgate: D0 - D1

Regime de Cota: Fechamento

Classificação CVM: Renda Fixa

Classificação ANBIMA: Renda Fixa

IMPORTANTE

“ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO AS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). A CONCESSÃO DE REGISTRO PARA VENDA DE COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU ADEQUAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO OU DO SEU PROSPECTO À LEGISLAÇÃO VIGENTE OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO OU DE SEU ADMINISTRADOR, GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS.”

“O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DA GESTORA DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.”


“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.”

“ESTE FUNDO DE INVESTIMENTO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.”

“O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A GESTORA DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.”



BNP PARIBAS

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

“ESTE FUNDO MANTÉM UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.”

“ESTE FUNDO ESTÁ SUJEITO A RISCO DE PERDA SUBSTANCIAL DE SEU PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM CASO DE EVENTOS QUE ACARRETEM O NÃO PAGAMENTO DOS ATIVOS INTEGRANTES DE SUA CARTEIRA, INCLUSIVE POR FORÇA DE INTERVEÇÃO, LIQUIDAÇÃO, REGIME DE ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DOS EMISSORES RESPONSÁVEIS PELOS ATIVOS DO FUNDO.”

“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE ESTE ESTÁ EXPOSTO.”

Janeiro/2011



Público Alvo

O BNP Paribas Credit Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo, doravante FUNDO, é destinado a investidores em geral, que conforme descrito no Objetivo de Investimento abaixo, tenham por objetivo buscar investimentos com rentabilidade superior ao CDI.

Objetivo de Investimento

O FUNDO tem por objetivo obter rentabilidade superior ao CDI. Embora a GESTORA empregue toda a sua diligência e técnica no sentido de atingir este objetivo, não há garantia de que o desempenho do FUNDO supere continuamente o CDI.

Política de Investimento

O FUNDO deverá possuir no mínimo 80% de seu patrimônio líquido, ativos financeiros relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira do FUNDO representados pela variação da taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos. O FUNDO adota as seguintes políticas gerais:

- Investir majoritariamente e seletivamente em títulos de renda fixa de emissores privados, tais como debêntures, notas promissórias, certificados de depósito e operações compromissadas, bem como em outros instrumentos de investimento de renda fixa, tais como operações à termo, além de posições em mercados de liquidação futura.
- Realizar operações em mercado de derivativos desde que não gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido.
- Obedecer às vedações contidas na regulamentação aplicável a administração de recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
- O ADMINISTRADOR e a GESTORA estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do FUNDO.

Limites de concentração por emissor:

Emissor	Limite
União Federal;	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen;	20%
Companhia aberta;	10%
Fundo de Investimento;	10%
Pessoa física ou jurídica de direito privado.	5%

Limite de Concentração por modalidade de ativo financeiro:

Ativo Financeiro	Mínimo	Máximo
I - Títulos públicos federais, operações compromissadas lastreadas nestes títulos e títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, com certificado por agência de classificação de risco localizada no País;	80%	100%
II - Ouro, desde que usado para realizar operações sintetizadas para taxa de juros (pré ou pós fixada), através do uso de derivativos;;	0%	100%
III - Contratos de derivativos, exceto se referenciados nos ativos listados no item VI abaixo;	0%	100%
IV - Valores mobiliários diversos, desde que registrados na CVM e objeto de oferta pública de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 2003, observado, ainda, o disposto no inciso II, do §10 do artigo 86 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores;	0%	100%
V - Títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a	0%	100%



funcionar pelo Banco Central do Brasil;		
VI - FIs, FICs, FIDC, FIC-FIDC, CRIs; outros ativos financeiros não previstos acima, desde que permitidos no § 1º do artigo 2º da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores;	0%	20%
VII - Ativos Financeiros emissão do ADMINISTRADOR, da GESTORA ou de empresa eles ligada.	0%	20%

É vedado ao FUNDO:

- I – manter posições em mercados derivativos a descoberto ou que gere exposição superior a 01 vez o respectivo patrimônio líquido;
- II – praticar operações denominadas day-trade, excetuadas as realizadas em plataforma eletrônica ou em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, desde que devidamente justificadas pelo ADMINISTRADOR;
- III – locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar títulos e valores mobiliários, exceto nas seguintes hipóteses: (a) depósito de garantias em operações com derivativos; (b) operações de empréstimo de títulos e valores mobiliários observadas as regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), bem como as medidas regulamentares adotadas pela CVM; c) depósito de garantias de ações judiciais.

Processo de Seleção de Ativos

O processo de seleção de ativos do FUNDO é realizado da seguinte forma:

- Análise: tendo por base informações públicas coletadas de fontes consideradas confiáveis, a GESTORA atribui aos ativos financeiros, que podem compor a carteira do FUNDO, uma perspectiva de rentabilidade e risco. Tais atributos podem ser reavaliados de forma periódica ou caso as variáveis que deram suporte a estas conclusões se alterem. As variáveis-chave para a definição destes atributos incluem, mas não se limitam a, perspectivas da economia mundial e brasileira, atuação das autoridades monetária e de mercados de capitais, níveis de preços dos ativos financeiros, taxas de câmbio e commodities, demonstrações financeiras, fatos relevantes e opiniões de analistas e de outros agentes do mercado de capitais.
- Construção de portfólios: são realizados comitês nos quais, com base nas análises acima, define-se, periodicamente, a carteira-modelo ajustada para os objetivos de performance, a política de investimento e a política de administração de risco do FUNDO. Da mesma forma, tal carteira pode ser alterada em função de novas variáveis apresentadas pelo mercado.
- Implementação: As eventuais alterações na composição da carteira do FUNDO para aproximá-la da carteira-modelo são implementadas pela GESTORA levando em conta a avaliação do nível de risco ideal para o FUNDO, os custos de transação e o nível de preço dos ativos financeiros. Desta forma, embora espera-se que haja uma convergência da composição da carteira do FUNDO e da carteira-modelo, podem haver divergências entre as duas.

O processo descrito acima pode ser ajustado em função de ocorrências de fatos fora do controle da GESTORA, tais como aplicações e resgates, pagamento de impostos, alterações nas condições de liquidez de mercado, alterações da legislação aplicável, entre outras.

Riscos assumidos pelo FUNDO

- Risco de Mercado: consiste na variação dos preços dos ativos decorrentes das condições de mercado quando de sua negociação. Como o FUNDO contabiliza seus ativos pelo “valor de mercado”, poderá haver variação expressiva no preço dos títulos entre a data de sua emissão ou aquisição e a de resgate ou vencimento. As oscilações poderão ocorrer em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos ativos da carteira do FUNDO. Nessas circunstâncias, o patrimônio líquido do FUNDO pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode



ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos, passivos e dos derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do FUNDO.

- Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplência por parte das contrapartes e dos emissores dos títulos componentes da carteira do FUNDO, não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas, podendo resultar em perda dos rendimentos e do capital investido pelo FUNDO. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O FUNDO poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.
- Risco de Liquidez: É caracterizado pela redução acentuada ou mesmo pela falta de demanda pelos ativos componentes da carteira do FUNDO, dificultando ou impedindo a venda de posições pela GESTORA no preço e no momento desejado. A ausência e/ou diminuição da “liquidez” pode produzir perdas para o FUNDO e/ou a incapacidade, pelo FUNDO, de liquidar e/ou precificar adequadamente determinados ativos.
- Risco de Derivativos: Os derivativos são contratos de liquidação futura que podem apresentar, durante períodos de tempo indeterminado, comportamento diversos dos ativos nos quais são referenciados, visto que seu preço é decorrente de diversos fatores baseados em expectativas futuras. Portanto, a exposição a esse ativo poderá causar variação na rentabilidade do FUNDO. Adicionalmente, os derivativos são negociados em bolsas ou em mercado de balcão, que significa para o FUNDO: (i) a necessidade de manter parte de sua carteira de títulos depositada em margens de garantia, inclusive sujeito a chamadas adicionais de margens; e (ii) a vinculação dos eventuais valores a receber destes contratos aos sistemas de garantias das bolsas ou dos contratos de balcão em que o FUNDO for contraparte.
- Risco de Enquadramento Fiscal: em função do objetivo da GESTORA em manter uma carteira enquadrada como “Longo Prazo” (ver “Regras de Tributação – Tributação Aplicável ao Fundo e a seus Cotistas), o FUNDO poderá sofrer de modo mais acentuado o impacto de uma eventual depreciação no valor de mercado dos títulos de maior prazo de resgate;

Além dos riscos acima, o FUNDO poderá estar sujeito a outros riscos inerentes à aplicação em ativos financeiros em geral que podem afetar adversamente o desempenho do FUNDO e suas características operacionais.

Política de Administração de Risco

- Risco de Mercado: O gerenciamento do risco de mercado assumido pelo FUNDO é efetuado principalmente através de duas medidas: perda esperada em cenários de stress (Stress testing) e V@R (Value at Risk). A perda esperada em cenários de stress é calculada através da simulação dos efeitos produzidos na carteira frente a cenários de mercado adversos. Os referidos cenários estão baseados no modelo de margens da BM&F que são definidos através do Comitê de Risco da GESTORA, e projetam oscilações máximas e mínimas para os mercados em que o FUNDO atua. Adicionalmente o gerenciamento de risco é efetuado através da utilização de modelos estatísticos que visam projetar, em condições normais de mercado, a máxima perda provável para o portfólio de investimentos do FUNDO, num dado horizonte de tempo, para um intervalo de confiança definido (V@R – Value at Risk). Estas simulações são efetuadas em base diária, de modo a projetar o risco assumido pelo FUNDO com base em sua carteira atualizada.
- Risco de Crédito: A GESTORA utiliza uma política de atribuição de limites proporcionais à sua avaliação da qualidade do crédito dos títulos e emissores. Para viabilizar a Política de Investimento praticada pela GESTORA, no controle diário para este Fundo, os limites serão considerados o dobro daqueles permitidos para outros fundos. Essa política contempla os seguintes critérios:



- Limite (em percentual do patrimônio do FUNDO) por emissor ou título;
- Limite (em Reais) por emissor;
- Limite (em percentual do patrimônio do FUNDO) por emissor ou títulos na mesma categoria;
- Limite (em percentual) do montante da emissão ou do patrimônio do emissor.

O FUNDO não adota nenhuma política específica para administrar os demais riscos. Independente do sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o investidor.

Percentual máximo de cotas que pode ser detido por um único cotista

O FUNDO não possui restrição quanto ao limite de cotas que pode ser detido por um único cotista.

Regras de Movimentação

- Aplicações podem ser efetuadas até as 15:30 horas e serão convertidas em cotas com base no valor da cota do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao ADMINISTRADOR.
- Não há prazo de carência para resgate.
- Os resgates serão convertidos com base no valor da cota do dia da solicitação e efetivados no primeiro dia útil seguinte ao da solicitação respectiva, desde que requisitados até às 15:30 horas.
- Para fins de resgate, as cotas do FUNDO terão seu valor diariamente atualizado, contado da data da emissão das cotas.
- Quando a solicitação, conversão ou liquidação de resgate coincidir com feriado estadual e/ou municipal onde estiver sediado o ADMINISTRADOR, as mesmas poderão ser efetivadas no 1º dia útil subsequente.
- Valor mínimo de aplicação inicial : R\$ 50.000,00
- Valor máximo de aplicação : não há
- Valor mínimo de movimentação : R\$ 5.000,00
- Saldo mínimo : R\$ 5.000,00

Possibilidade de fechamento do FUNDO:

- É facultado ao ADMINISTRADOR suspender, a qualquer momento, novas aplicações no FUNDO, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.
- Em casos excepcionais de iliquidez de ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar na alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o ADMINISTRADOR poderá declarar o fechamento do FUNDO para realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral Extraordinária.
- O ADMINISTRADOR poderá, inclusive em feriados municipais e estaduais na sede do ADMINISTRADOR, suspender ou recusar a admissão de novos condôminos e/ou o recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do FUNDO, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa e desde que a suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Taxas

- Taxa de administração: O FUNDO tem taxa de administração de 0,65% a.a., calculada de forma exponencial sobre o patrimônio líquido diário (base 252 dias). A taxa de administração é apropriada diariamente e o pagamento é efetuado mensalmente pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e demais prestadores de serviços.
- Taxa de Performance: Será cobrada taxa de performance de 20%, semestralmente no último dia útil dos meses de dezembro e junho ou no resgate total ou parcial das cotas (o que ocorrer primeiro), sobre a rentabilidade da carteira líquida de taxa de administração e despesas que exceder a 100% à variação do CDI Cetip. A fórmula para cálculo da taxa de performance é : $TD = \{VA - [VB \times (1 + CDI)]\} \times 20\%$



TD = Taxa de desempenho
VA = Valor atualizado do investimento após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração na data base da apuração da taxa de desempenho.
VB = Valor base, representado pelo valor do investimento corrigido pela variação do CDI CETIP no período entre a data de aquisição das cotas e a última data base de apuração da taxa de desempenho; ou o valor atualizado do investimento na data em que tenha havido a última cobrança efetiva da taxa de desempenho; ou o valor do investimento caso a data de aquisição de cotas seja posterior a data da última apuração da taxa de desempenho.
CDI = Variação percentual do CDI CETIP desde a data da última apuração da taxa de desempenho; ou variação percentual do CDI CETIP desde a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, ambos representados pelo produtório de 100% (cem por cento) das taxas diárias do CDI CETIP
CDI CETIP = Variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP

Será calculada individualmente em relação a cada cotista e, separadamente por nota de aquisição de cotas. Considera-se nota de aquisição de cotas a totalidade de cotas adquiridas numa mesma data. A taxa de performance será devida sempre que o valor resultante da fórmula acima for positivo e que o valor da cota do FUNDO for superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada. A taxa de desempenho será apropriada por dia útil como despesa do FUNDO e conseqüentemente refletida no valor divulgado da cota.

- Taxas de Ingresso e de Saída: não há

Constituirão encargos do FUNDO, além das taxas acima, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos, obrigações e operações dos FUNDO;
- Despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do FUNDO ou na legislação pertinente;
- Despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos condôminos;
- Honorários e despesas com auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras e contas do FUNDO, da análise de sua situação e da atuação do ADMINISTRADOR;
- Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- Honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação caso o FUNDO venha a ser vencido;
- Parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- Despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do FUNDO pelo ADMINISTRADOR ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o FUNDO detenha participação;
- Despesas com custódia e liquidação de operações com títulos mobiliários de demais ativos financeiros;
- Despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores imobiliários;

As despesas acima relacionadas estão disponíveis para todos os cotistas nas demonstrações financeiras do FUNDO e poderão ser solicitadas ao ADMINISTRADOR a qualquer momento. Diariamente é divulgada a cota do FUNDO, que já se encontra líquida da Taxa de Administração e demais despesas. A cota divulgada não é líquida de impostos.

Breve Histórico do Administrador e da Gestora

Administrador: Banco BNP Paribas Brasil S.A., filial do BNP Paribas, instituição financeira internacional, maior banco privado da França e um dos maiores da Europa, presente em mais de oitenta países, no Brasil há mais de 50 anos através de um escritório de representação e desde 1996 como banco múltiplo. Em 10 de



dezembro de 2008, a Standard & Poor's Rating Services, atribuiu em sua escala nacional o rating de crédito de contraparte 'brAAA' ao Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Gestora: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., empresa devidamente registrada por meio do Ato Declaratório CVM nº 5032 datado de 03/09/1998, é controlada pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A e pelo BNP Paribas Asset Management Group S.A.S., subsidiária do Grupo BNP Paribas para a gestão internacional de ativos. O BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. iniciou suas atividades em junho de 1998 e conta com equipe especializada para atuar na gestão de ativos tanto no mercado interno, como no mercado externo, sendo uma das maiores gestoras de fundos de investimento do Brasil, segundo o ranking de gestão da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Regras de Tributação - Tributação aplicável ao Fundo e a seus cotistas

A tributação aplicável ao FUNDO e a seus cotistas será aquela definida na legislação tributária em vigor no país. Na data de publicação deste prospecto, as tributações aplicáveis são:

- Imposto sobre Operações Financeiras – IOF : Incide sobre o valor do resgate da aplicação com alíquotas decrescentes, sendo a tributação limitada ao rendimento apurado, desde o primeiro até o 29º dia a partir da data da aplicação.

- Imposto de Renda – Incide sobre o rendimento da aplicação, descontado o IOF, com alíquotas que vão de 22,5% a 15%, em função do prazo de permanência da aplicação. Devido à política do FUNDO em manter prazo médio da carteira de títulos superior à 365 dias, as alíquotas aplicáveis são:

I – 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;

II – 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;

III – 17,5%, em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;

IV – 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de 15%. Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I a IV acima.

Pode haver tratamento tributário diferente de acordo com a natureza jurídica do cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo FUNDO. O cotista que de acordo com a legislação fiscal e tributária não estiver sujeito à tributação do imposto de renda e do IOF por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros, deverá apresentar ao ADMINISTRADOR documentação comprobatória da sua situação tributária conforme as determinações da legislação.

Ressalvas Importantes sobre a Tributação:

Lembramos ao leitor deste prospecto que a legislação tributária brasileira tem sido modificada de modo muito frequente, inclusive através do uso de Medidas Provisórias. Dessa forma, nos comprometemos a atualizar o presente prospecto com a maior brevidade em caso de modificações legais, porém, por ocasião de resgate e/ou aplicação no FUNDO, recomendamos ao leitor que verifique o disposto na legislação fiscal vigente. As regras tributárias incidentes sobre Fundos de Investimentos são bastante complexas, e por mais que tenhamos tentado fazer uma síntese de suas principais características, por questões de espaço e clareza, não incluímos neste Prospecto todos os detalhes da legislação aplicável.

Portanto, recomendamos ao leitor verificar em detalhe qual a tributação aplicável antes de tomar a decisão sobre qual fundo investir.

Prestadores de Serviços

- Administrador: Banco BNP Paribas Brasil S/A;

- Gestora: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.;



- Custodiante: Banco BNP Paribas S/A;
- Controlador: Banco BNP Paribas S/A;
- Distribuidor: O principal distribuidor do FUNDO é o Banco BNP Paribas S/A. Suas cotas também são distribuídas por outras instituições*;
- Responsável pelo registro escritural de cotas: Banco BNP Paribas S/A;
- Responsável pelas atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários: Banco BNP Paribas S/A;
- Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes;

* Detalhes podem ser obtidos junto à área de atendimento, cujas referências estão no final deste prospecto.

Agência Classificadora de Risco

O rating 'brAf' atribuído pela Standard & Poor's em dezembro de 2008 ao FUNDO na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do FUNDO e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAf' atribuído ao FUNDO indica que os títulos em sua carteira fornecem uma proteção contra perdas advindas de inadimplência forte.

O rating 'brAf' atribuído em dezembro de 2008 foi mantido nos anos subsequentes e confirmado na emissão do último relatório que se deu em maio de 2011. Em janeiro de 2012, a análise foi descontinuada pela administradora.

A manutenção desse serviço não é obrigatória, podendo o mesmo ser descontinuado, a critério do ADMINISTRADOR do FUNDO ou da Assembleia Geral de cotistas. O último relatório disponibilizado pela agência classificadora está disponível em www.standardandpoors.com.br, bem como na sede da administradora. Maiores informações sobre a avaliação efetuada pela empresa classificadora, podem ser solicitadas pelo telefone 11 3049-2820 ou pelo email: mesadeatendimento@br.bnpparibas.com

Política de Exercício de Voto

A GESTORA adota Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Referida política orienta as decisões da GESTORA em Assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam ao FUNDO o direito de voto. Sua versão integral pode ser acessada através do site www.bnpparibas.com.br.

A Política de Exercício do Direito de Voto adotada pela GESTORA visa atender exclusivamente os interesses dos cotistas dos fundos, levando em conta as melhores práticas de governança. A GESTORA pode abster-se do exercício de voto obedecendo as exceções previstas no Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas e na sua Política de Exercício de Voto.

Política de Distribuição de Resultados

O FUNDO, incorporará dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos e/ou operações que integrem a carteira do FUNDO, ao seu patrimônio líquido. Não há previsão para amortização de cotas do FUNDO.

Exercício Social

Os resultados do FUNDO em exercícios anteriores (resultados do fundo, demonstrações contábeis, relatórios do administrador e demais documentos), podem ser obtidos junto à área de atendimento, cujas referências estão no final deste prospecto.



Política de Divulgação de Informações

O ADMINISTRADOR do FUNDO está obrigado a:

- I – divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO;
- II – remeter mensalmente aos cotistas extrato da conta, salvo se o cotista expressamente optar pelo não recebimento;
- III – disponibilizar, de forma equânime entre todos os cotistas, as informações do FUNDO, inclusive as relativas à composição da carteira, mensalmente e em até 10 dias após o encerramento do mês a que se referir;

O ADMINISTRADOR adota ainda as seguintes práticas:

- Caso o FUNDO possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela divulgação prevista no inciso III acima e no parágrafo terceiro abaixo, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da carteira.
- Caso haja operações omitidas, conforme disposto no item acima, as mesmas serão colocadas à disposição dos cotistas no prazo máximo de 90 dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez até o prazo máximo de 180 dias.
- As informações relacionadas aos ativos e à composição da carteira do FUNDO, bem como eventuais outras informações, poderão ser disponibilizadas aos Cotistas e/ou demais interessados que assim o solicitar, via meio eletrônico, facsímile, ou correspondência, estando o referido o envio, todavia, sujeito a análise de conveniência e viabilidade por parte do ADMINISTRADOR
- Para potenciais cotistas e demais interessados poderão ser prestadas informações relativas ao FUNDO, desde que disponibilizadas aos cotistas, de forma equânime, através dos meios de comunicação constantes neste documento ou mediante solicitação na sede do ADMINISTRADOR.

Atendimento ao Cotista

Fone: (0xx11) 3049-2820

E-mail: mesadeatendimento@br.bnpparibas.com


Ouvidoria

Fone: 0800-7715999

E-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.com



BNP PARIBAS

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO DE CRÉDITO

Ao assinar este Termo estou afirmando que tenho ciência de que:

I – o fundo **BNP PARIBAS CREDIT FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO**– CNPJ: 04.192.130/0001-24, do qual participarei como investidor, poderá adquirir títulos de responsabilidade de emissores privados, ou de emissores públicos outros que não a União Federal, em montante superior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do fundo;

II – existe a possibilidade de perda substancial de patrimônio líquido do fundo em caso de não pagamento dos títulos que compõem a sua carteira;

Mesmo ciente desses riscos, depois da **LEITURA ATENTA** desta declaração, cujos termos **PODERÃO SER USADOS PARA AFASTAR A RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR**, desde que eles cumpram com suas obrigações, tomei a decisão de realizar o investimento no fundo **BNP PARIBAS CREDIT FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO**, CNPJ: 04.192.130/0001-24.

São Paulo, ____ de _____ de _____.

(Nome do investidor)



REGULAMENTO DO

BNP PARIBAS CREDIT FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO

CNPJ/MF n.º 04.192.130/0001-24

CAPÍTULO I

DO FUNDO

Artigo 1º - O **BNP PARIBAS CREDIT FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO**, doravante designado abreviadamente **FUNDO**, é uma comunhão de recursos constituída sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração e regido pelo presente Regulamento bem como pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DO PÚBLICO ALVO

Artigo 2º – O **FUNDO** é destinado ao público em geral.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 3º - O **FUNDO** é administrado pelo **BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.**, instituição financeira privada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 9º a 14º andares, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.522.368/0001-82, devidamente autorizado a funcionar no país através da Autorização de Funcionamento nº 96.00639119, datada de 16 de Outubro de 1996, doravante designado **ADMINISTRADOR**.

Artigo 4º - É da competência do **ADMINISTRADOR**:

I – diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

- (a) o registro de cotistas;
- (b) o livro de atas das assembléias gerais;
- (c) o livro ou lista de presença de cotistas;
- (d) os pareceres do auditor independente;
- (e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do **FUNDO**; e



- (f) a documentação relativa às operações do **FUNDO**, pelo prazo de 05 (cinco) anos;
- II – no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;
- III – pagar a multa cominatória, nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação pertinente;
- IV – elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VII da Instrução CVM nº 409/04;
- V – manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo **FUNDO**, bem como as demais informações cadastrais;
- VI – custear as despesas de propaganda do **FUNDO**, inclusive com a elaboração do Prospecto;
- VII – manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;
- VIII – observar as disposições constantes do Regulamento e do Prospecto;
- IX – cumprir as deliberações da assembléia geral; e,
- X – fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo **FUNDO**.

Artigo 5º - O **ADMINISTRADOR**, ressalvado os poderes conferidos aos prestadores de serviços do **FUNDO** abaixo mencionados, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem assim para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem sua carteira. Poderá, igualmente, abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários, transigir e praticar, enfim, todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, de acordo com os interesses e objetivos sociais, observadas as limitações legais deste Regulamento.

Parágrafo Único – O **ADMINISTRADOR** é responsável pela administração do **FUNDO** e, sem prejuízo do disposto neste Capítulo, o **ADMINISTRADOR** tem poderes para representar o **FUNDO**, em juízo e fora dele.

Artigo 6º - O **ADMINISTRADOR** pode contratar, em nome do **FUNDO**, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, empresas para a prestação dos seguintes serviços:

- (a) gestão da carteira do **FUNDO**;
- (b) consultoria de investimentos;
- (c) atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários;
- (d) distribuição de cotas;
- (e) escrituração da emissão e resgate de cotas;
- (f) classificação de risco por agência especializada constituída no País; e
- (g) custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros.

Parágrafo Único - A contratação de terceiro devidamente habilitado para a prestação do serviço de auditoria independente é obrigatória.



Artigo 7º - A gestão da carteira do **FUNDO** será realizada pela **BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.**, sociedade empresária, devidamente autorizada a prestar os serviços de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM nº 5.032, de 03 de Setembro de 1998, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.562.663/0001-25, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 14º andar, doravante designada **GESTORA**.

Parágrafo Único – A **GESTORA** poderá exercer todo e qualquer direito inerente aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**, especialmente, mas não se limitando, ao comparecimento e exercício do direito de voto, a seu próprio critério, nas reuniões ou assembléias gerais dos fundos de investimento ou companhias em que o **FUNDO** invista.

Artigo 8º - Os serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do **FUNDO**, serão realizados pelo próprio **ADMINISTRADOR**, já qualificado acima.

Parágrafo Único – Detalhes sobre os demais prestadores de serviços estão dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Artigo 9º - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão obrigados a adotar as seguintes normas de conduta:

I – exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o **FUNDO**, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do **FUNDO**, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;

II – exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do **FUNDO**, ressalvado o que dispuser o Regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do **FUNDO**; e

III – empregar, na defesa dos direitos dos cotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo único - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** devem transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição, admitindo-se, contudo, que o **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** sejam remunerados pelos administradores de fundos em que o **FUNDO** invista.

Artigo 10 - O **ADMINISTRADOR** pode renunciar à administração do **FUNDO** mediante imediata convocação de assembléia geral para eleger seu substituto. O **ADMINISTRADOR** deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de liquidação do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR**.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 11 - O objetivo precípua do **FUNDO** é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A carteira do **FUNDO** deverá obedecer as diretrizes de diversificação de investimentos estabelecidas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, bem como as vedações aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar descritos neste Regulamento. **Parágrafo Primeiro** - Fica desde já estabelecido que o **ADMINISTRADOR** não será responsável pela observância e controle de limite de investimento exigidos aos cotistas que sejam Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em particular aqueles relacionados à carteira consolidada ou calculados em relação ao seu patrimônio total. Para os fins deste Regulamento,



consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no § 1º do Artigo 2º da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores.

Parágrafo Segundo – Os ativos cuja liquidação possa se dar por meio da entrega de produtos, mercadorias ou serviços deverão:

I – ser negociados em bolsa de mercadorias e futuros que garanta sua liquidação, observado o disposto no §5º do artigo 16 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores; ou

II – ser objeto de contrato que assegure ao **FUNDO** o direito de sua alienação antes do vencimento, com garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora, observada, neste último caso, a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Parágrafo Terceiro – Somente poderão compor a carteira do **FUNDO** ativos financeiros admitidos a negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência. Não dependerão do registro de que trata o *caput*, as cotas de fundos de investimento aberto.

Parágrafo Quarto – O registro a que se refere o Parágrafo Terceiro deste Artigo deverá ser realizado em contas de depósito específicas, abertas diretamente em nome do **FUNDO**.

Artigo 12 – Este **FUNDO** está sujeito a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrante de sua carteira, inclusive por força de intervenção, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do **FUNDO**.

Parágrafo Primeiro - Não obstante a diligência do **ADMINISTRADOR** em colocar em prática a política de investimento delineada neste Capítulo, os investimentos do **FUNDO**, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a flutuações do mercado e a riscos de crédito, não podendo o **ADMINISTRADOR**, em hipótese alguma, ser responsabilizado por eventual depreciação dos ativos da carteira ou prejuízo em caso de liquidação do **FUNDO** ou resgate de cotas.

Parágrafo Segundo - As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do **ADMINISTRADOR**, nem tampouco, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Terceiro - Existe a possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo ocorrer variações negativas no valor da cota e perda do capital investido.

CAPÍTULO V

DA DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13 – O **FUNDO** deverá possuir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira do **FUNDO** representados pela variação da taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos.

Parágrafo Primeiro – O **FUNDO** observará os seguintes limites de concentração por emissor, sem prejuízo das normas aplicáveis à sua classe:

I – até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen;



II – até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for companhia aberta;

III – até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for fundo de investimento;

IV - até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for pessoa física ou jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen;

V – até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for a União Federal.

Parágrafo Segundo – O **FUNDO** não poderá deter mais de 20% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido em ativos financeiros de emissão do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** ou de empresa a eles ligada.

Parágrafo Terceiro – O **FUNDO** não poderá deter ativos financeiros considerados de renda variável com exceção de operações que resultem em rendimento de taxa de juros pré fixada.

Parágrafo Quarto – Cumulativamente aos limites por emissor, o **FUNDO** observará os seguintes limites de concentração por modalidade de ativo financeiro, sem prejuízo das normas aplicáveis à sua classe:

I – até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, para o conjunto dos seguintes ativos:

(a) cotas de fundos de investimento, incluindo aqueles administrados pelo **ADMINISTRADOR**, **GESTORA** ou empresas a eles ligada;

(b) cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, incluindo aqueles administrados pelo **ADMINISTRADOR**, **GESTORA** ou empresas a eles ligada;

(c) cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, incluindo aqueles administrados pelo **ADMINISTRADOR**, **GESTORA** ou empresas a eles ligada;

(d) cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, incluindo aqueles administrados pelo **ADMINISTRADOR**, **GESTORA** ou empresas a eles ligada;

(e) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI;

(f) outros ativos financeiros não previstos no inciso II deste Parágrafo, desde que permitidos no Artigo 10 deste Regulamento.

II – não haverá limite de concentração por modalidade de ativo financeiro para o investimento em:

(a) títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos;

(b) ouro, desde que usado para realizar operações sintetizadas para taxa de juros (pré ou pós fixada), através do uso de derivativos;

(c) em títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

(d) valores mobiliários diversos daqueles previstos no inciso I, desde que registrados na CVM e objeto de oferta pública de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 2003, observado, ainda, o disposto no inciso II, do §10 do artigo 86 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores; e

(e) contratos derivativos, exceto se referenciados nos ativos listados no inciso I acima.



Parágrafo Quinto – O **FUNDO** não poderá realizar operações que o exponham à variação cambial.

Parágrafo Sexto – O **FUNDO** não poderá deter ativos financeiros negociados no exterior.

Parágrafo Sétimo – É vedado ao **FUNDO**:

I – manter posições em mercados derivativos a descoberto ou que gere exposição superior a 01 (uma) vez o respectivo patrimônio líquido;

II – praticar operações denominadas *day-trade*, excetuadas as realizadas em plataforma eletrônica ou em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, desde que devidamente justificadas pelo **ADMINISTRADOR**;

III – locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar títulos e valores mobiliários, exceto nas seguintes hipóteses:

- a) depósito de garantias em operações com derivativos;
- b) operações de empréstimo de títulos e valores mobiliários observadas as regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), bem como as medidas regulamentares adotadas pela CVM;
- c) depósito de garantias de ações judiciais.

Parágrafo Oitavo – As operações do **FUNDO** em mercados de derivativos deverão ser realizadas exclusivamente na modalidade “com garantia”.

Parágrafo Nono – O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do **FUNDO**.

Artigo 14 - Os limites referidos no Artigo 13 serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do **FUNDO** do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VI

DA ANÁLISE E SELEÇÃO DE ATIVOS

Artigo 15 – O Processo de seleção de ativos do **FUNDO** é realizado da seguinte forma:

- Análise: tendo por base informações públicas coletadas de fontes consideradas confiáveis, a **GESTORA** atribui aos ativos financeiros, que podem compor a carteira do **FUNDO**, uma perspectiva de rentabilidade e risco. Tais atributos podem ser reavaliados de forma periódica ou caso as variáveis que deram suporte a estas conclusões se alterem. As variáveis-chave para a definição destes atributos incluem, mas não se limitam a, perspectivas da economia mundial e brasileira, atuação das autoridades monetária e de mercados de capitais, níveis de preços dos ativos financeiros, taxas de câmbio e commodities, demonstrações financeiras, fatos relevantes e opiniões de analistas e de outros agentes do mercado de capitais.

- Construção de portfólios: são realizados comitês nos quais, com base nas análises acima, define-se, periodicamente, a carteira-modelo ajustada para os objetivos de performance, a política de investimento e a política de administração de risco do **FUNDO**. Da mesma forma, tal carteira pode ser alterada em função de novas variáveis apresentadas pelo mercado.



- Implementação: as eventuais alterações na composição da carteira do **FUNDO** aproximá-la da carteira-modelo são implementadas pela **GESTORA** levando em conta a avaliação do nível de risco ideal para o **FUNDO**, os custos de transação e o nível de preço dos ativos financeiros. Desta forma, embora espera-se que haja uma convergência da composição da carteira do **FUNDO** e da carteira-modelo, podem haver divergências entre as duas.

Parágrafo Único – O processo descrito acima pode ser ajustado em função de ocorrências de fatos fora do controle da **GESTORA**, tais como aplicações e resgates, pagamento de impostos, alterações nas condições de liquidez de mercado, alterações da legislação aplicável, entre outras.

CAPÍTULO VII

DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO E MÉTODOS

UTILIZADOS PARA GERENCIAMENTO

Artigo 16 – A Política de administração de risco e os métodos utilizados para este gerenciamento é realizado da seguinte forma:

- Risco de Mercado: O gerenciamento do risco de mercado assumido pelo **FUNDO** é efetuado principalmente através de duas medidas: perda esperada em cenários de *stress (Stress testing)* e *V@R (Value at Risk)*. A perda esperada em cenários de stress é calculada através da simulação dos efeitos produzidos na carteira frente a cenários de mercado adversos. Os referidos cenários estão baseados no modelo de margens da BM&F que são definidos através de seu Comitê de Risco, e projetam oscilações máximas e mínimas para os mercados em que o **FUNDO** atua. Adicionalmente o gerenciamento de risco é efetuado através da utilização de modelos estatísticos que visam projetar, em condições normais de mercado, a máxima perda provável para o portfólio de investimentos do **FUNDO**, num dado horizonte de tempo, para um intervalo de confiança definido (*V@R – Value at Risk*). Estas simulações são efetuadas em base diária, de modo a projetar o risco assumido pelo **FUNDO** com base em sua carteira atualizada.

- Risco de Crédito: A **GESTORA** utiliza uma política de atribuição de limites proporcionais à sua avaliação da qualidade do crédito dos títulos e emissores. Essa política contempla os seguintes critérios:

- Limite (em percentual do patrimônio do **FUNDO**) por emissor ou título;
- Limite (em Reais) por emissor;
- Limite (em percentual do patrimônio do **FUNDO**) por emissor ou títulos na mesma categoria;
- Limite (em percentual) do montante da emissão ou do patrimônio do emissor.

Parágrafo Único – O **FUNDO** não adota nenhuma política específica para administrar os demais riscos. Independente do sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o investidor.

CAPÍTULO VIII

DA REMUNERAÇÃO AO ADMINISTRADOR

Artigo 17 - O **ADMINISTRADOR** receberá a título de taxa de administração, pela prestação de seus serviços de administração, valor equivalente a 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do **FUNDO** (base 252 dias), independente do resultado deste e que deverá remunerar também os prestadores de serviços relacionados no Artigo 6º, alíneas (a) a (f) deste Regulamento, eventualmente contratados em nome do **FUNDO**.



Parágrafo Primeiro - A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, sendo paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Segundo – A taxa de administração compreende a taxa de administração dos fundos de investimento em que o **FUNDO** eventualmente vier a investir.

Artigo 18 - Não serão cobradas taxas de saída ou de ingresso.

Artigo 19 - O **ADMINISTRADOR** perceberá, ainda, a título de taxa de desempenho, valor calculado conforme a fórmula abaixo :

$$TD = \{VA - [VB \times (1 + CDI)]\} \times 20\%$$

Onde :

TD = Taxa de desempenho

VA = Valor atualizado do investimento após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração na data base da apuração da taxa de desempenho

VB = Valor base, representado pelo valor do investimento corrigido pela variação do CDI CETIP no período entre a data de aquisição das cotas e a última data base de apuração da taxa de desempenho; ou o valor atualizado do investimento na data em que tenha havido a última cobrança efetiva da taxa de desempenho; ou o valor do investimento caso a data de aquisição de cotas seja posterior a data da última apuração da taxa de desempenho

CDI = Variação percentual do CDI CETIP desde a data da última apuração da taxa de desempenho; ou variação percentual do CDI CETIP desde a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, ambos representados pelo produtório de 100% (cem por cento) das taxas diárias do CDI CETIP

CDI CETIP = Variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP

Parágrafo Primeiro - A taxa de desempenho será calculada individualmente em relação a cada cotista e, separadamente por nota de aquisição de cotas.

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, considera-se nota de aquisição de cotas a totalidade de cotas adquiridas numa mesma data.

Parágrafo Terceiro - A taxa de desempenho será cobrada semestralmente ou no resgate total ou parcial das cotas, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Quarto - A taxa de desempenho será devida sempre que o valor resultante da fórmula definida no caput for positivo e que o valor da cota do **FUNDO** for superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada.

Parágrafo Quinto – Para efeito do disposto no parágrafo anterior, será considerado como início do período, a última data base utilizada para apuração da taxa de desempenho em que houve o efetivo pagamento, ou a data de aquisição de cotas, e como término do período, a data base da apuração corrente da taxa de desempenho, inclusive, ou a data de resgate parcial ou total de cotas.



Parágrafo Sexto - No caso de aquisição de cotas posterior à última data base, a taxa de desempenho será apurada no período entre a data de aquisição das cotas e a data base da apuração da taxa de desempenho e será devida sempre que o valor resultante da fórmula definida no *caput* for positivo mesmo que o valor da cota do **FUNDO** não seja superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada, sendo cobrada independentemente da cobrança da taxa de desempenho incidente sobre as cotas existentes no início do período.

Parágrafo Sétimo - As datas base para efeito de cobrança da taxa de desempenho correspondem ao último dia útil dos meses de dezembro e junho. A data base para efeito de cobrança da taxa de desempenho apuradas em função dos resgates corresponde ao último dia útil do mês em que a apuração for efetuada.

Parágrafo Oitavo - Caso haja resgate parcial ou total de cotas em qualquer data que não as utilizadas para aferição e pagamento da taxa de desempenho semestral, o cálculo será efetuado com base na variação do valor da cota e do CDI CETIP, no período decorrido desde o final do período anterior ou a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, até a data do resgate de cotas.

Parágrafo Nono - A taxa de desempenho será apropriada por dia útil como despesa do **FUNDO** e conseqüentemente refletida no valor divulgado da cota.

CAPÍTULO IX

DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 20 - Constituirão encargos do **FUNDO**, além das remunerações previstas no Capítulo VIII, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas diretamente:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

II - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, e informações periódicas, inclusive extrato mensal;

III - despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;

IV - honorários e despesas do auditor independente;

V - emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;

VI - honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR** ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o **FUNDO** detenha participação;

IX – despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais; e,



X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários.

Parágrafo Único - Outras despesas não previstas como encargos do **FUNDO**, correrão por conta do **ADMINISTRADOR**.

CAPÍTULO X

DA EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE COTAS

Artigo 21 - Na emissão das cotas é utilizado o valor da cota em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo cotista ao **ADMINISTRADOR** em sua sede ou dependências.

Parágrafo Primeiro – Os valores máximos e mínimos para as aplicações pelos investidores, assim como o horário limite de movimentação serão aqueles dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Parágrafo Segundo - O **ADMINISTRADOR** poderá, inclusive em feriados municipais e estaduais na sede do **ADMINISTRADOR**, suspender ou recusar a admissão de novos condôminos e/ou o recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do **FUNDO**, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa e desde que a suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Parágrafo Terceiro – A suspensão do recebimento de novas aplicações em 01 (um) dia não impede a reabertura posterior do **FUNDO** para aplicações.

Artigo 22 - As cotas do **FUNDO** terão seu valor calculado diariamente, considerando-se somente os dias úteis, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira, de acordo com o contido na legislação e regulamentação vigentes.

Parágrafo Único – O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**, apurados, ambos, no encerramento do dia, assim entendido como o horário do fechamento dos mercados em que o **FUNDO** atue.

Artigo 23 - O ingresso do condômino no **FUNDO** caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do **FUNDO**, sendo indispensável sua adesão aos termos deste Regulamento.

Artigo 24 - As cotas do **FUNDO**, que correspondem a frações ideais do mesmo, assumem a forma escritural e são mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, conforme o caso, podendo ser registradas no Sistema de Cotas de Fundos – SCF da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Parágrafo Único – A cota do **FUNDO** não pode ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Artigo 25 - A aplicação em cotas do **FUNDO** será efetuada através de débito em conta de investimento, transferência eletrônica disponível – TED ou através de qualquer outra modalidade admitida pelo Banco Central do Brasil.



CAPÍTULO XI

DA CARÊNCIA E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 26 - Para fins de resgate, as cotas do **FUNDO** terão seu valor diariamente atualizado, contado da data da emissão das cotas.

Parágrafo Único – Os valores máximos e mínimos para resgates, assim como o horário limite de movimentação serão aqueles dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Artigo 27 - O resgate de cotas não se sujeita a prazo de carência e será efetivado, no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da respectiva solicitação pelo condômino, devendo ser utilizado no resgate o valor da cota em vigor no próprio dia útil da solicitação.

Parágrafo Primeiro - Quando a solicitação, conversão ou liquidação de resgate coincidir com feriado estadual e/ou municipal onde estiver sediado o **ADMINISTRADOR**, as mesmas poderão ser efetivadas no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo - Quando a data da atualização do valor da cota ocorrer em dia não útil, o resgate deve ser efetivado pelo valor em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro - No caso do **FUNDO** realizar aplicações em fundos de investimento cuja liquidação financeira do resgate não coincida com o disposto no *caput* deste Artigo, especificamente no que se refere a estas aplicações, o pagamento do resgate obedecerá a carência determinada no regulamento do fundo de investimento aplicado.

Artigo 28 – Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do **FUNDO**, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do **FUNDO** ou do conjunto de cotistas, em prejuízo destes últimos, o **ADMINISTRADOR** poderá declarar o fechamento do **FUNDO** para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, dentro dos prazos regulamentares, para a deliberação das seguintes possibilidades:

- I – substituição do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** ou de ambos;
- II – reabertura ou manutenção do fechamento do **FUNDO** para resgate;
- III – possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;
- IV – cisão do **FUNDO**; e,
- V – liquidação do **FUNDO**.

Artigo 29 - Na hipótese de, em decorrência de solicitação de resgate de cotas, existir saldo remanescente na respectiva conta de depósito, saldo este que seja inferior ao valor mínimo estabelecido pelo **ADMINISTRADOR**, fica autorizado o **ADMINISTRADOR** a proceder ao resgate automático da totalidade das cotas da aludida conta.

Artigo 30 - O resgate de cotas do **FUNDO** será efetuado através de crédito em conta de investimento, transferência eletrônica disponível – TED ou através de qualquer outra modalidade admitida pelo Banco Central do Brasil.



CAPÍTULO XII

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Artigo 31 – A **GESTORA** adota Política de Exercício de Direito de Voto em Assembléias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Referida Política orienta as decisões da **GESTORA** em Assembléias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam ao **FUNDO** o direito de voto. Sua versão integral pode ser acessada através do site www.bnpparibas.com.br.

Parágrafo único - A Política de Exercício do Direito de Voto adotada pela **GESTORA** visa atender exclusivamente os interesses dos cotistas dos fundos, levando em conta as melhores práticas de governança. A **GESTORA** pode abster-se do exercício de voto obedecendo as exceções previstas no Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e na sua Política de Exercício de Voto.

CAPÍTULO XIII

DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE RESULTADOS

Artigo 32 - O **ADMINISTRADOR** do **FUNDO** está obrigado a:

I – divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do **FUNDO**;

II – remeter mensalmente aos cotistas extrato da conta, salvo se o cotista expressamente optar pelo não recebimento; e,

III – disponibilizar, de forma equânime entre todos os cotistas, as informações do **FUNDO**, inclusive as relativas à composição da carteira, mensalmente e em até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referir.

Parágrafo Primeiro – Caso o **FUNDO** possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela divulgação prevista no Inciso III acima e no Parágrafo Terceiro abaixo, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua porcentagem sobre o total da carteira.

Parágrafo Segundo – As operações omitidas com base no parágrafo anterior deverão ser divulgadas na forma do Inciso III do caput no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Terceiro – As informações relacionadas aos ativos e à composição da carteira do **FUNDO**, bem como eventuais outras informações, poderão ser disponibilizadas aos Cotistas e/ou demais interessados que assim o solicitar, via meio eletrônico, facsímile, ou correspondência, estando o referido o envio, todavia, sujeito a análise de conveniência e viabilidade por parte do **ADMINISTRADOR**.

Parágrafo Quarto – Para potenciais cotistas e demais interessados poderão ser prestadas informações relativas ao **FUNDO**, desde que disponibilizadas aos cotistas, de forma equânime, mediante solicitação na sede do **ADMINISTRADOR**.

Parágrafo Quinto – O serviço de atendimento está à disposição dos cotistas para receber e encaminhar questões relacionadas ao **FUNDO**, pelos seguintes meios:

Telefone: (11) 3049-2820;

Fax: (11) 3049-2860;



Email: mesadeatendimento@br.bnpparibas.com

Endereço para correspondência: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 11º andar

CEP: 04543-906 São Paulo – SP

Artigo 33 – O **ADMINISTRADOR** é obrigado a divulgar imediatamente, através de correspondência a todos os cotistas e de comunicado através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do **FUNDO** ou aos ativos integrantes de sua carteira.

Parágrafo Único - Considera-se relevante qualquer ato ou fato que possa influir de modo ponderável no valor das cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

CAPÍTULO XIV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 34 – Compete privativamente à assembléia geral deliberar sobre:

I – as demonstrações contábeis apresentadas pelo **ADMINISTRADOR**;

II – a substituição do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** ou do custodiante do **FUNDO**;

III – a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do **FUNDO**;

IV – o aumento da taxa de administração;

V – a alteração da política de investimentos do **FUNDO**; e,

VI – a alteração do Regulamento.

Artigo 35 – A convocação da assembléia geral deve ser feita por correspondência encaminhada a cada cotista com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, da data de sua realização.

Parágrafo Primeiro – A correspondência de convocação deve conter obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral bem como o local onde o cotista pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembléia.

Parágrafo Segundo – A presença da totalidade dos cotistas supre a falta de convocação e a instalação da assembléia poderá ocorrer com a presença de qualquer número de cotistas.

Parágrafo Terceiro – O **ADMINISTRADOR**, gestor, custodiante, cotista ou grupo de cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo assembléia geral para deliberar sobre ordem do dia de interesse do **FUNDO** ou dos cotistas.

Artigo 36 – As deliberações da assembléia geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro – Somente podem votar na assembléia geral os cotistas do **FUNDO** inscritos no registro de cotistas na data da convocação da assembléia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.



Parágrafo Segundo – As deliberações da assembléia poderão ser tomadas mediante processo de consulta formal aos cotistas do **FUNDO**, dispensando-se neste caso a necessidade de reunião do cotistas.

Parágrafo Terceiro – Os cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo **ADMINISTRADOR** antes do início da assembléia.

Artigo 37 – O **ADMINISTRADOR** deverá encaminhar a cada um dos cotistas do **FUNDO**, resumo das decisões da assembléia geral no prazo de 30 (trinta) dias após a data de sua realização, podendo ser utilizado com forma o extrato de conta.

Parágrafo Único – Caso a assembléia geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, a comunicação de que trata o *caput* poderá ser efetuada no extrato de conta relativo ao mês seguinte.

CAPÍTULO XV

DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 38 - O **FUNDO** terá escrituração contábil destacada da relativa ao **ADMINISTRADOR**.

Artigo 39 - O exercício social do **FUNDO** tem duração de 12 (doze) meses, com início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 40 – As demonstrações contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao **ADMINISTRADOR**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO XVI

DA TRIBUTAÇÃO

Artigo 41 – A tributação aplicável aos cotistas do **FUNDO** e ao **FUNDO** será aquela definida pela legislação tributária em vigor no país. Na data de publicação deste regulamento, as tributações aplicáveis são:

- Imposto sobre Operações Financeiras – IOF : Incide sobre o valor do resgate da aplicação com alíquotas decrescentes, sendo a tributação limitada ao rendimento apurado, desde o primeiro até o vigésimo nono dia a partir da data da aplicação.

- Imposto de Renda – Incide sobre o rendimento da aplicação, descontado o IOF, com alíquotas que vão de 22,5% a 15%, em função do prazo de permanência da aplicação. Devido à política do **FUNDO** em manter prazo médio da carteira de títulos superior à 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), as alíquotas aplicáveis são:

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um dias) até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV – 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.



Independentemente de resgates de quotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de quinze por cento. Por ocasião dos resgates de quotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I a IV acima.

Artigo 42 - Pode haver tratamento tributário diferente de acordo com a natureza jurídica do cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo **FUNDO**. O cotista que de acordo com a legislação fiscal e tributária não estiver sujeito à tributação do imposto de renda e do IOF por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros, deverá apresentar ao **ADMINISTRADOR** documentação comprobatória da sua situação tributária conforme as determinações da legislação.

CAPÍTULO XVII

DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 43 - O **FUNDO**, incorporará dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos e/ou operações que integrem a carteira do **FUNDO**, ao seu patrimônio líquido.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 44 - O **ADMINISTRADOR** e qualquer empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, bem como seus diretores, gerentes e funcionários, poderão ter posições em, ou subscrever, ou operar com um ou mais títulos e valores mobiliários com os quais o **FUNDO** opere ou venha operar.

Artigo 45 - O **FUNDO** realizará as operações através de instituições autorizadas a operar no mercado de títulos e valores mobiliários, ligadas ou não a empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, podendo adquirir, inclusive, títulos em novos lançamentos registrados para oferta pública ou privada que sejam coordenados, liberados ou de que participem as referidas empresas.

Artigo 46 – Em caso de morte, incapacidade ou extinção de cotista do **FUNDO**, o representante do espólio, do incapaz ou do sucessor exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o **ADMINISTRADOR**, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Artigo 47 - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao **FUNDO**, bem como questões decorrentes deste Regulamento.

São Paulo, 16 de junho de 2011.



**TERMO DE ADESÃO E RECEBIMENTO DE REGULAMENTO E PROSPECTO DO
BNP PARIBAS CREDIT FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO
CNPJ/MF Nº 04.192.130/0001-24**

A(s) pessoa(s) ao final identificada(s), doravante denominada(s) simplesmente “COTISTA(S)”, pelo presente instrumento, decide(m) ingressar como cotista(s) do fundo de investimento acima identificado, doravante denominado simplesmente “**FUNDO**”, pelo que firma(m) o presente Termo de Adesão e Recebimento de Regulamento e Prospecto, declarando expressamente conhecer(em) as normas contidas na legislação pertinente, bem como no Regulamento do **FUNDO**, aderindo formalmente às suas disposições através do presente ato.

Por oportuno, o(s) COTISTA(S) declara(m):

- a) ter(em) recebido, lido atentamente, tomado conhecimento do significado dos termos técnicos constantes do Regulamento e Prospecto, estando ciente da política de investimento e do grau de risco envolvido nas operações realizadas pelo FUNDO;
- b) ter(em) sido sanadas suas eventuais dúvidas;
- c) conseqüentemente que compreendeu(deram) e aceitou(taram) o Regulamento e Prospecto do FUNDO.

Por tais motivos e em atendimento às determinações da Comissão de Valores Mobiliários, o(s) COTISTA(S) firma(m) o presente termo, também declara(m)-se ciente(s) de que:

- d) as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da instituição administradora, do gestor, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer mecanismo de seguro;
- e) a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros;
- f) em decorrência da política de investimentos adotada pelo gestor prevista em Regulamento e, inclusive pela utilização de estratégias com derivativos, poderá resultar em significativas perdas patrimoniais para seu(s) COTISTA(S), podendo, ainda, acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a conseqüente obrigação do(s) COTISTA(s) de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do FUNDO;
- g) o FUNDO está sujeito a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do FUNDO.

....., de de

COTISTA (Titular):

Razão Social / Nome:
CNPJ / CPF:

COTISTA (Co-Titular):

Razão Social / Nome:
CNPJ / CPF: